



EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de Geografia A

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 719/1.ª Fase

15 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2014

VERSÃO 2

Página em branco

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

É permitido o uso de régua e de calculadora do tipo não alfanumérico, não programável.

Não é permitido o uso de corretor. Deve riscar aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.



ColorADD

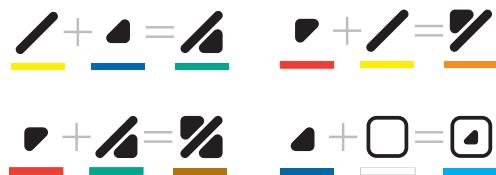
Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO



AZUL AMARELO VERMELHO

BRANCO PRETO



BRANCO | PRETO | CINZENTOS

TONS METALIZADOS



TONS CLAROS

DOURADO PRATEADO



TONS ESCUROS

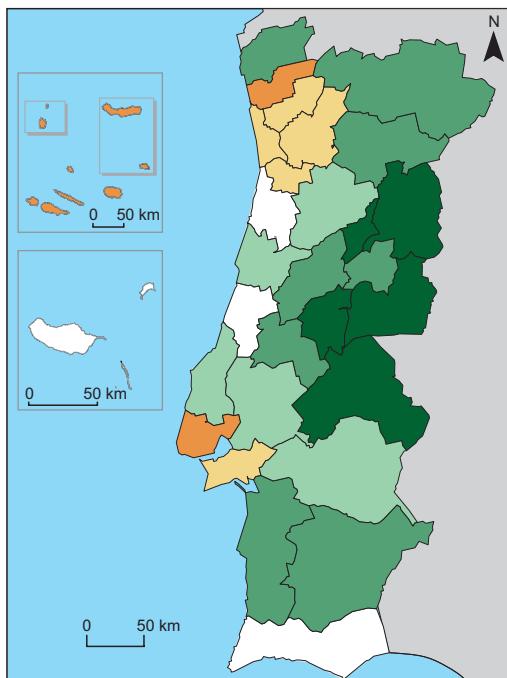


Na resposta aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta.

Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

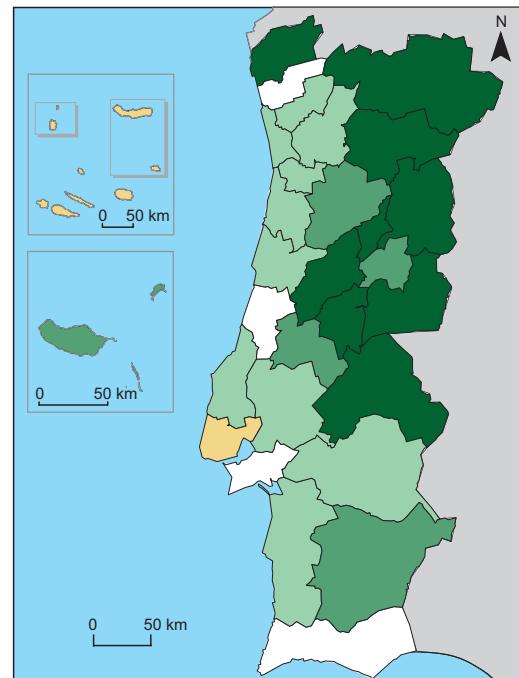
GRUPO I

As Figuras 1A e 1B representam, respetivamente, a distribuição espacial da taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo, por NUTS III, em Portugal, em 2011.



(por mil habitantes)

- | | |
|---|---------|
| ■ | >2 a 4 |
| ■ | 0 a 2 |
| □ | -2 a 0 |
| ■ | -4 a -2 |
| ■ | -8 a -4 |
| ■ | ≤ -8 |



Fonte: ec.europa.eu/eurostat/statistical-atlas/gis/viewer/ (adaptado)
(consultado em novembro de 2013)

Figura 1A – Distribuição espacial da taxa de crescimento natural, em 2011.

Figura 1B – Distribuição espacial da taxa de crescimento efetivo, em 2011.

1. De acordo com a Figura 1A, as NUTS III do litoral de Portugal continental que registaram uma taxa de natalidade superior à taxa de mortalidade foram, por exemplo,
 - a do Minho-Lima, a da Grande Lisboa e a do Baixo Vouga.
 - a do Algarve, a do Baixo Mondego e a do Grande Porto.
 - a do Cávado, a do Entre Douro e Vouga e a do Ave.
 - a do Oeste, a da Península de Setúbal e a do Tâmega.

2. De acordo com as Figuras 1A e 1B, os valores da taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo da Região Autónoma da Madeira permitem-nos afirmar
- (A) que a mortalidade foi superior à natalidade e que a emigração foi igual à imigração.
(B) que a natalidade foi superior ou igual à mortalidade e que a imigração foi superior à emigração.
(C) que a natalidade foi igual à mortalidade e que a emigração foi igual à imigração.
(D) que a mortalidade foi superior ou igual à natalidade e que a emigração foi superior à imigração.
3. As taxas de crescimento efetivo inferiores ou iguais a -8% observadas na Figura 1B explicam-se, sobretudo, pelo
- (A) elevado grau de qualificação da população.
(B) predomínio de população muito jovem.
(C) predomínio da população estrangeira.
(D) elevado envelhecimento populacional.
4. Os valores da taxa de crescimento efetivo observados na Figura 1B refletem-se
- (A) no aumento das assimetrias na distribuição da população entre o Norte Interior e o Centro Interior.
(B) no aumento das assimetrias na distribuição da população entre o litoral e o interior.
(C) na redução das assimetrias na distribuição da população entre a Grande Lisboa e o Grande Porto.
(D) na redução das assimetrias na distribuição da população entre o Alentejo e o Algarve.
5. A tendência da evolução do índice de envelhecimento demográfico, em Portugal, pode ser contrariada através de medidas como
- (A) a redução de impostos para as famílias numerosas e o incentivo à imigração.
(B) o aumento da jornada de trabalho e o incentivo à imigração.
(C) a redução de impostos para as famílias numerosas e o adiamento do nascimento do primeiro filho.
(D) o aumento da jornada de trabalho e o adiamento do nascimento do primeiro filho.
6. A emigração de população qualificada, que se intensificou, nos últimos anos, em Portugal, reflete-se
- (A) na diminuição das empresas de tecnologia de ponta e no reforço da coesão social.
(B) no empobrecimento sociocultural do país e na redução da competitividade nacional.
(C) no abandono do sector primário e no aumento da entrada de remessas dos emigrantes.
(D) na redução das receitas fiscais e no agravamento do desemprego de longa duração.

GRUPO II

As Figuras 2A e 2B representam, respetivamente, a secção portuguesa da bacia hidrográfica do Tejo e a percentagem de água armazenada na albufeira de Castelo de Bode.

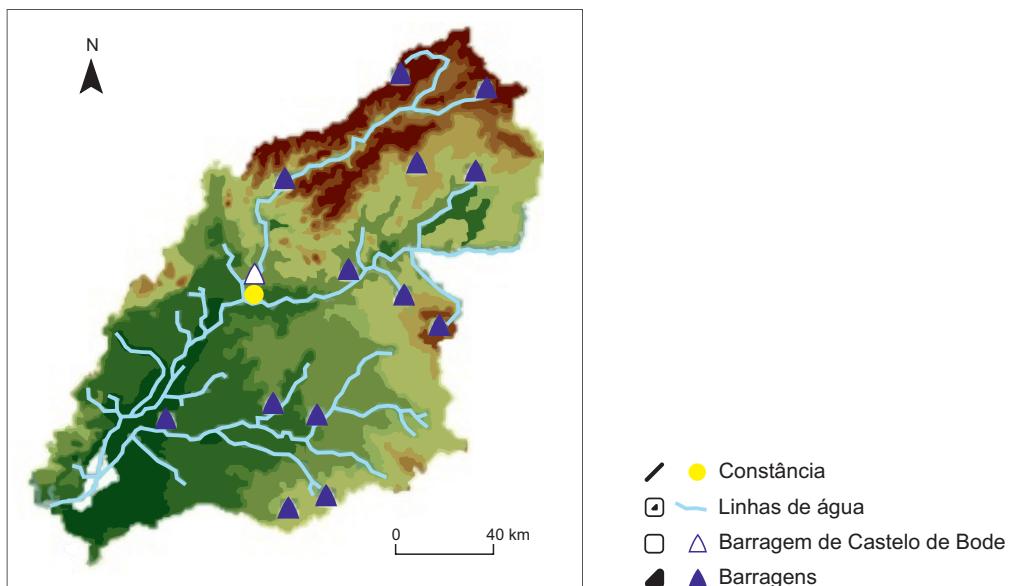


Figura 2A – Bacia hidrográfica do Tejo (secção portuguesa).

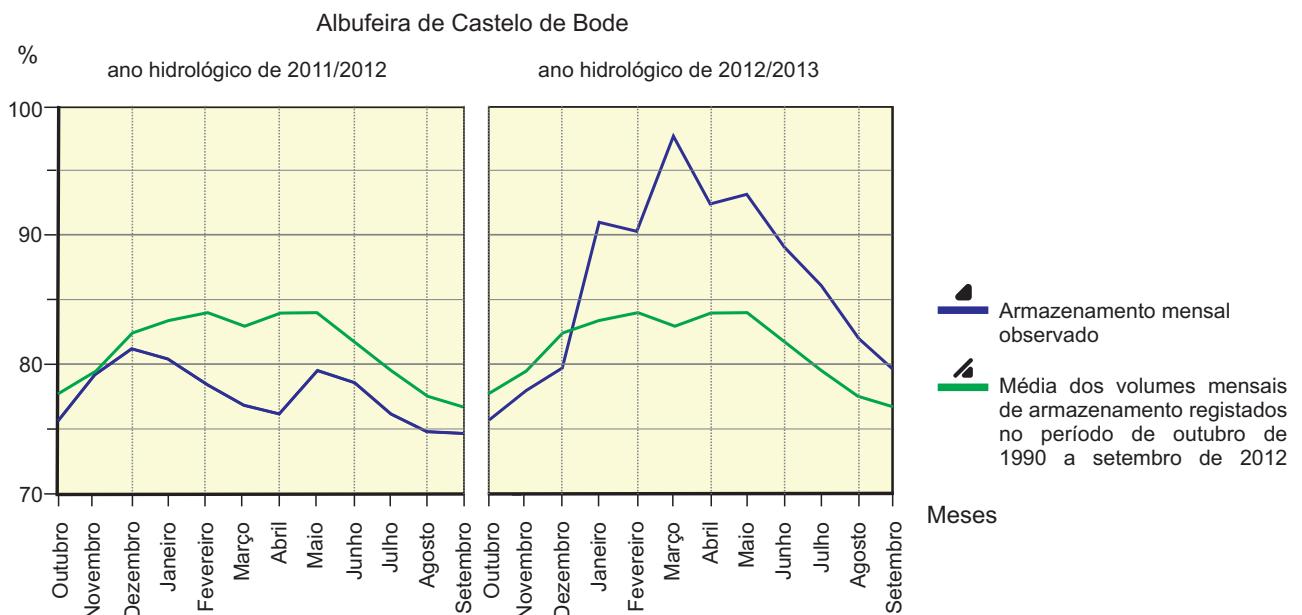


Figura 2B – Percentagem de água armazenada na albufeira de Castelo de Bode, de outubro de 2011 a setembro de 2013, comparada com a média dos volumes mensais de armazenamento registados no período de outubro de 1990 a setembro de 2012.

Fonte: snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.3&sbaciaid=17 (adaptado) (consultado em novembro de 2013)

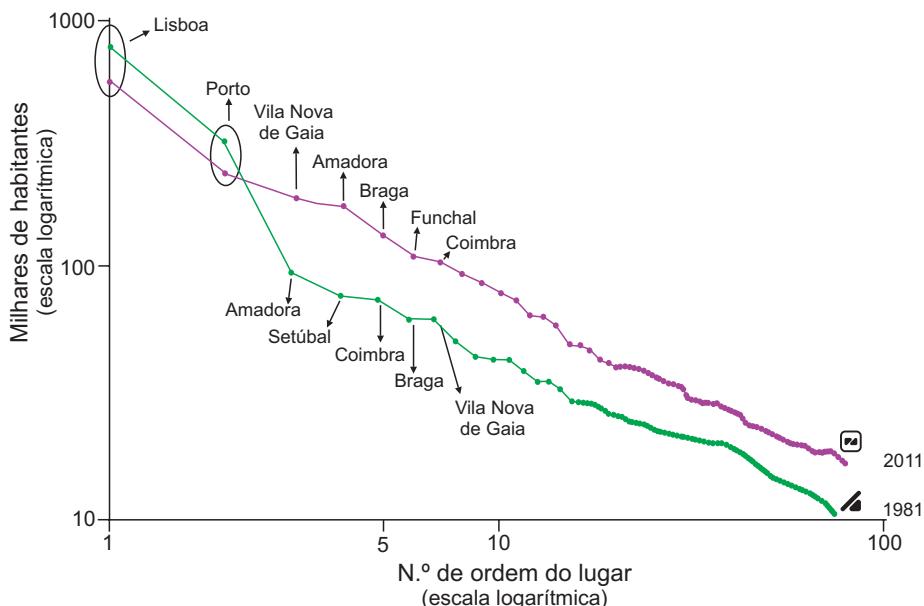
1. A barragem de Castelo de Bode, localizada na bacia hidrográfica do Tejo, representada na Figura 2A, está construída no rio

- (A) Zêzere. (B) Nabão. (C) Mondego. (D) Tejo.

2. De acordo com a Figura 2B, nos anos hidrológicos de 2011/2012 e de 2012/2013, os meses em que o volume mensal do armazenamento na albufeira de Castelo de Bode excedeu, em 8 pontos percentuais ou mais, o valor da média de armazenamento para o mês correspondente foram
- (A) março de 2012, abril de 2013 e maio de 2013.
(B) março de 2013, maio de 2013 e julho de 2013.
(C) março de 2013, abril de 2013 e maio de 2013.
(D) abril de 2012, março de 2013 e maio de 2013.
3. Os contrastes no volume de armazenamento de água na albufeira de Castelo de Bode, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro dos anos hidrológicos considerados na Figura 2B, explicam-se, entre outras razões, pela
- (A) variação intra-anual da precipitação.
(B) canalização de água para sistemas de irrigação.
(C) existência de solos permeáveis a montante da barragem.
(D) irregularidade interanual da precipitação.
4. A construção da barragem de Castelo de Bode permitiu assegurar, entre outros objetivos estratégicos,
- (A) o fornecimento de água à atividade agrícola na lezíria do Tejo e a manutenção do caudal ecológico do Tejo a montante de Constância.
(B) o abastecimento público de água à região da Grande Lisboa e a injeção de energia hidroelétrica na rede nacional.
(C) o fornecimento de água às bacias hidrográficas a sul do Tejo e o desenvolvimento turístico na área envolvente da albufeira.
(D) o abastecimento de água à indústria da celulose na bacia do Tejo e o arrefecimento das centrais termoelétricas do Carregado.
5. Para a região Oeste, os aquíferos que alimentam os caudais do rio Alviela (afluente do rio Tejo) e de algumas das ribeiras do Oeste constituem uma importante reserva estratégica de água doce, porque garantem
- (A) o abastecimento parcial da rede pública de distribuição de água nas áreas urbanas.
(B) a manutenção da cultura da vinha, muito dependente da água.
(C) o desenvolvimento do turismo balnear, associado às praias fluviais.
(D) a redução da dependência dos recursos hídricos e das albufeiras de Espanha.
6. Os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) definem, entre outros,
- (A) os padrões de consumo de água no período estival.
(B) os níveis mínimos de abastecimento de água.
(C) os tipos de atividades compatíveis com a pesca desportiva.
(D) os condicionalismos da utilização da água.

GRUPO III

A Figura 3 representa a hierarquia da rede urbana portuguesa, de acordo com o número de habitantes, nos anos de 1981 e de 2011.



Fonte: *Retrato Territorial de Portugal 2011*, INE, I.P., Lisboa, 2013, p. 51 (adaptado)

Figura 3 – Hierarquia da rede urbana portuguesa nos anos de 1981 e de 2011.

- Das cidades identificadas na Figura 3, a que registou a maior subida da sua posição hierárquica na rede urbana, nos últimos 30 anos, foi
 - Braga.
 - Amadora.
 - Lisboa.
 - Vila Nova de Gaia.
- A análise da Figura 3 permite afirmar que, em 1981, Portugal apresentava uma rede urbana
 - bicéfala, porque as cidades de Lisboa e do Porto registaram um aumento populacional, contrastando com a redução ocorrida nas cidades médias.
 - bicéfala, porque as cidades de Lisboa e do Porto apresentavam um número elevado de habitantes, contrastando com as restantes cidades.
 - macrocéfala, porque faltavam, em Portugal, cidades de pequena e média dimensão.
 - macrocéfala, porque as cidades de Lisboa e do Porto tinham mais de 200 000 habitantes.

3. A variação da população residente em Lisboa, no período de 1981 a 2011, observada na Figura 3, explica-se pela
- (A) elevada renda locativa da função residencial.
(B) elevada oferta de emprego no CBD.
(C) degradação generalizada das habitações.
(D) redução da área de influência da cidade.
4. «Requalificar as cidades médias do ponto de vista urbanístico implica uma subida de nível na posição hierárquica do ponto de vista demográfico.» Esta afirmação é
- (A) falsa, porque a melhoria da qualidade de vida urbana não garante o aumento da população.
(B) verdadeira, porque as novas funções dinamizam sempre a economia a nível regional.
(C) falsa, porque a melhoria do espaço público não melhora a qualidade de vida da população urbana.
(D) verdadeira, porque a qualidade urbanística dos edifícios é desfavorável à atividade económica.
5. O aumento da importância das cidades médias é conseguido, sobretudo, através
- (A) da saída da mão de obra desqualificada e da fixação de sedes de multinacionais.
(B) da entrada de imigrantes dos países de Leste e da construção de autoestradas.
(C) do êxodo rural da região envolvente e do desenvolvimento das atividades económicas.
(D) do aumento da taxa de natalidade e da melhoria dos serviços de geriatria.
6. As cidades constituem-se como polos dinamizadores do espaço rural
- (A) pela valorização do território, através de medidas de conservação das paisagens, e pela promoção do turismo de massas.
(B) pelo desenvolvimento da competitividade, no âmbito da oferta de produtos e de serviços com perfis pouco especializados.
(C) pela criação de sinergias, através da prestação de serviços sociais e culturais, e por serem locais de consumo.
(D) pelo estabelecimento de parcerias, no âmbito da prestação e da gestão dos serviços administrativos de apoio aos idosos.

GRUPO IV

As Figuras 4A e 4B representam a taxa de variação, entre 2010 e 2012, do volume de mercadorias transportadas, respetivamente, por modo rodoviário e por modo marítimo, nos países da União Europeia (UE).

Figura 4A – Taxa de variação, entre 2010 e 2012, do volume de mercadorias transportadas por modo rodoviário, nos países da UE.

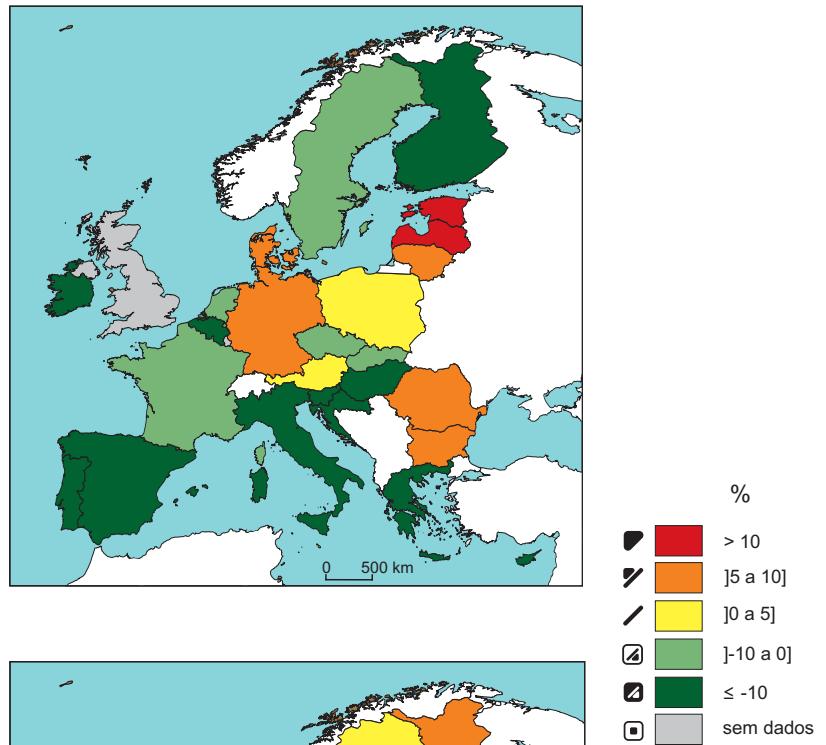
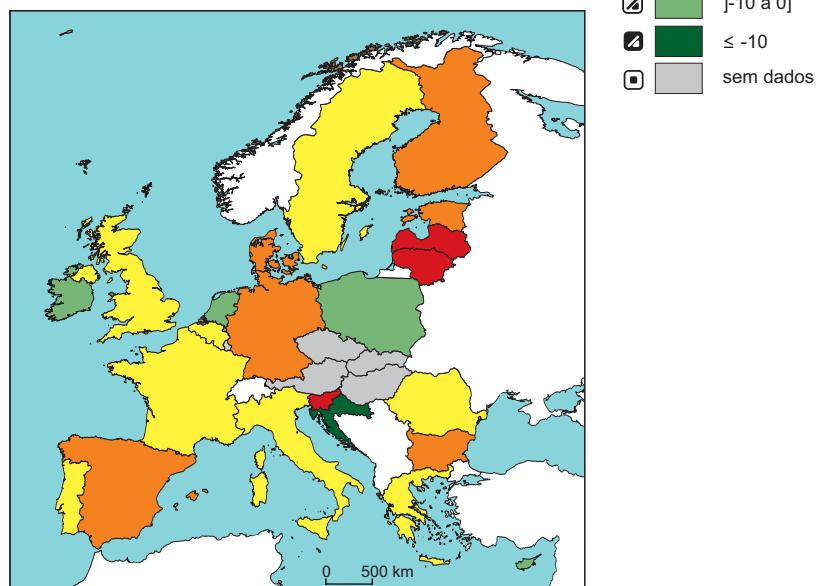


Figura 4B – Taxa de variação, entre 2010 e 2012, do volume de mercadorias transportadas por modo marítimo, nos países da UE.



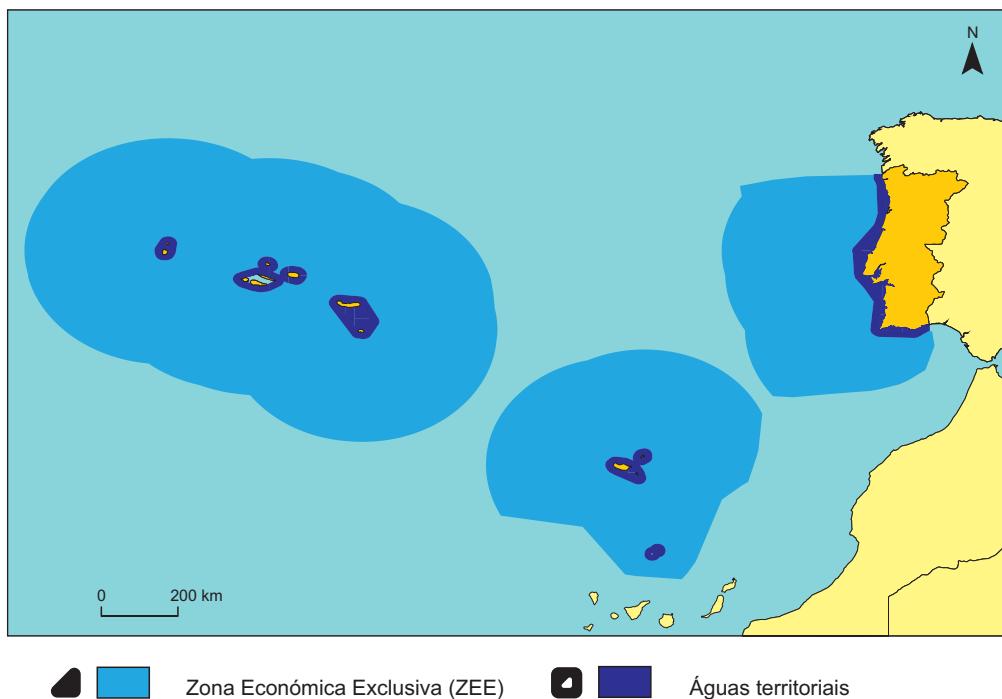
Fonte dos dados estatísticos: epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database
(consultado em dezembro de 2013)

1. De acordo com as Figuras 4A e 4B, os países da União Europeia que apresentam, simultaneamente, um decréscimo do volume de mercadorias transportadas por modo rodoviário e por modo marítimo são
 - (A) a Croácia, Portugal e a Itália.
 - (B) a Irlanda, Portugal e a Espanha.
 - (C) a Espanha, o Chipre e a Itália.
 - (D) a Irlanda, a Croácia e o Chipre.

2. «A maioria dos países da União Europeia está a cumprir as orientações da política europeia de transportes.» De acordo com as Figuras 4A e 4B, esta afirmação é
- (A) falsa, porque o volume de mercadorias transportadas diminuiu por modo rodoviário e diminuiu por modo marítimo.
(B) verdadeira, porque o volume de mercadorias transportadas diminuiu por modo rodoviário e aumentou por modo marítimo.
(C) falsa, porque o volume de mercadorias transportadas aumentou por modo rodoviário e aumentou por modo marítimo.
(D) verdadeira, porque o volume de mercadorias transportadas aumentou por modo rodoviário e diminuiu por modo marítimo.
3. As vantagens da utilização do modo marítimo, relativamente ao modo rodoviário, no transporte de mercadorias são, entre outras,
- (A) a menor exposição aos congestionamentos de tráfego e a maior rapidez do processo de distribuição.
(B) a grande flexibilidade nos percursos e o menor custo por unidade de carga transportada.
(C) o baixo consumo de combustível e a maior capacidade de se adequar ao tipo de carga transportada.
(D) a maior capacidade de carga e o menor impacte ambiental por unidade de carga transportada.
4. Os sistemas de comunicação e de logística contribuem para a melhoria do transporte de mercadorias, na medida em que
- (A) evitam os acidentes rodoviários.
(B) limitam a entrega das mercadorias porta a porta.
(C) reforçam a eficiência dos serviços.
(D) reduzem a necessidade de repouso periódico do camionista.
5. A rede transeuropeia de transportes visa potenciar o mercado europeu e reforçar a coesão territorial, através
- (A) do aumento da conexão das redes dos diferentes países e da interoperacionalidade no interior do espaço europeu.
(B) do aumento da conexão das redes dos diferentes países e do reforço das ligações entre as cidades fronteiriças.
(C) da valorização do transporte de mercadorias por modo rodoviário e do reforço das ligações entre as principais capitais europeias.
(D) da valorização do transporte de mercadorias através do modo rodoviário e da interoperacionalidade no interior do espaço europeu.
6. A política europeia de transportes procura alcançar o equilíbrio entre o crescimento económico e a proteção ambiental, através de medidas como
- (A) a revitalização do caminho de ferro e a redução da intermodalidade.
(B) a otimização do transporte fluvial e o incentivo ao transporte combinado.
(C) a utilização de veículos híbridos e o investimento no modo de transporte rodoviário.
(D) a valorização dos transportes públicos e o aumento do modo de transporte aéreo.

GRUPO V

A Figura 5 representa a Zona Económica Exclusiva e as águas territoriais de Portugal.



Fonte dos dados geoespaciais: www.hidrografico.pt/download-gratuito.php
(consultado em janeiro de 2014)

Figura 5 – Identificação da área da Zona Económica Exclusiva e das águas territoriais de Portugal.

1. Identifique duas características do território português que justificam as responsabilidades de Portugal no âmbito da supervisão e da proteção do espaço marítimo.
2. Apresente dois problemas ambientais que comprometem a sustentabilidade nas águas territoriais de Portugal.
3. Explique a importância da exploração adequada dos recursos oceânicos, fundamentada no conhecimento científico, para a afirmação de Portugal no contexto internacional, considerando os seguintes tópicos de orientação:
 - a potencialização dos recursos energéticos renováveis;
 - a valorização dos recursos geológicos.

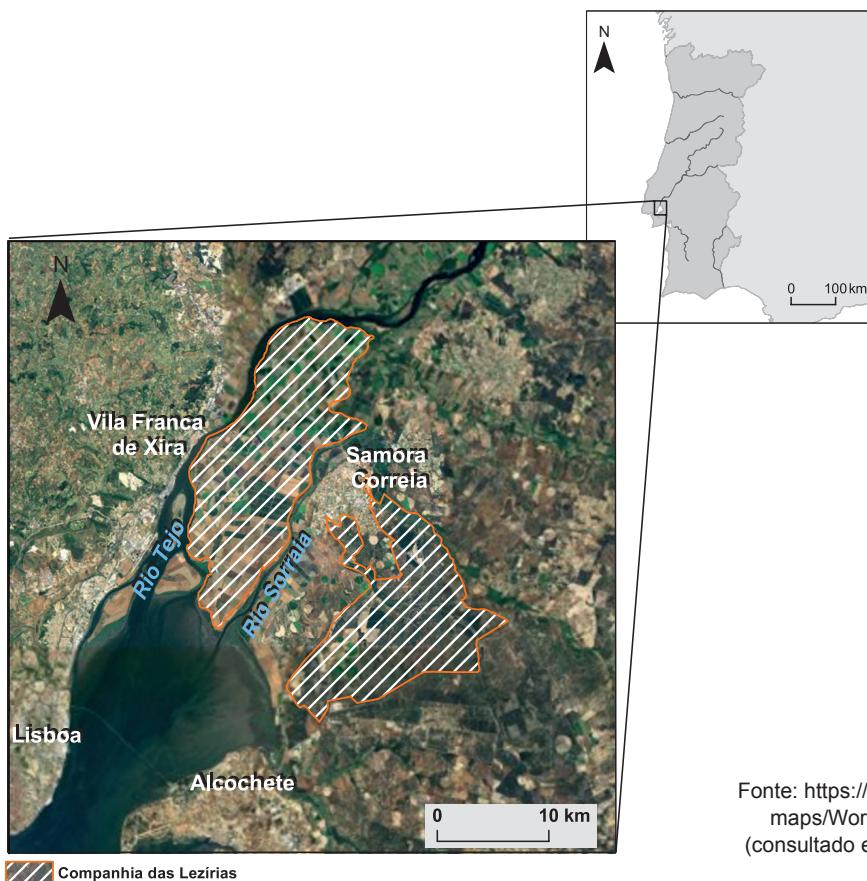
Apresente dois aspetos para cada um dos tópicos de orientação.

GRUPO VI

O texto seguinte e a Figura 6 dizem respeito à Companhia das Lezírias.

A Companhia das Lezírias está ocupada por culturas permanentes, como a vinha e o olival, e por culturas temporárias, como o arroz, em modo de produção integrada, e as forragens em produção biológica. Tem, ainda, um património florestal de montado de sobro e povoamento de pinheiro e de eucalipto com impacte na conservação de habitats.

Fonte: *Relatório Sustentabilidade 2010*, Companhia das Lezírias, S.A. (adaptado) in www.cl.pt/Relatorio_Sustentabilidade_2010.pdf (consultado em novembro de 2013)



Fonte: https://goto.arcgisonline.com/maps/World_Imagery (adaptado) (consultado em novembro de 2013)

Figura 6 – Companhia das Lezírias.

1. Identifique dois fatores naturais que justificam a opção da Companhia das Lezírias pela cultura do arroz.
2. Apresente duas vantagens dos sistemas de proteção e de valorização dos produtos agroalimentares, como, por exemplo, a Denominação de Origem Protegida (DOP).
3. Explique de que forma as atividades agroflorestais podem garantir a sustentabilidade dos espaços rurais, tendo como base os seguintes tópicos de orientação:
 - o incentivo ao modo de produção biológico;
 - a promoção da multifuncionalidade.

Apresente dois aspetos para cada um dos tópicos de orientação.

FIM

Página em branco

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
6.	5 pontos

30 pontos

GRUPO II

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
6.	5 pontos

30 pontos

GRUPO III

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
6.	5 pontos

30 pontos

GRUPO IV

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
6.	5 pontos

30 pontos

GRUPO V

1.	10 pontos
2.	10 pontos
3.	20 pontos

40 pontos

GRUPO VI

1.	10 pontos
2.	10 pontos
3.	20 pontos

40 pontos

TOTAL 200 pontos